



PENSANDO EM TV E BIODIVERSIDADE: EXISTE MESMO UM DISCURSO ECOLÓGICO?

Manuel José Sena Dutra

Doutor em Ciências Sócio-Ambientais

Universidade Federal do Pará

Não é fácil compreender e interpretar certos termos empregados no intenso jogo discursivo que hoje se produz tendo o meio ambiente como objeto, um jogo que é, de modo central, incluído pela mídia. A imensa disputa pela produção de sentidos que se verifica nesse embate exige do pesquisador uma atenção acurada no trato desses conceitos, sem o que o trabalho científico terminará, ele também, sob o risco de utilizar-se de termos dúbios ou mesmo vazios de significado, comprometendo o próprio discurso da ciência. Por exemplo, antes de quaisquer outras considerações, torna-se pertinente indagar se existe, de fato, um *discurso ecológico*, ou um *discurso da ecologia* ou um *discurso do ecologismo*. O embate da miríade de sujeitos lutando por dar a última palavra sobre o tema revela que, também no ambiente da ciência, as preferências teóricas são variadas.

Do ponto de vista de Mires (1990, p. 35-36), a ecologia não é um discurso tal como ocorre em referências irrefletidas sobre um *discurso ecológico*. Segundo este autor, “ou o *ecológico* é um objeto articulado em unidades que se auto-reproduzem em seu próprio processo de expansão, ou é um discurso independente. Em todo caso, não pode ser as duas coisas ao mesmo tempo”. A partir deste princípio, afirma Mires (idem) que somente nos é possível falar de um *discurso ecológico* quando, dentro de um estilo de pensamento, a ecologia tenha rompido as suas relações articulativas e se deslocado para um lugar dominante, reduzindo todos os objetos co-participativos ao puramente ecológico, ou seja, quando a ecologia se transformou em *ecologismo*. Nesse sentido, o *ecologismo* não se diferencia do economicismo, ou do historicismo ou qualquer outro tipo de saber reducionista.

Para Escobar (1998, p. 53) tratar de ecologia é embrenhar-se numa questão complexa, seja do ponto de vista original da biologia, assim como da cultura e da política. Ele acredita que, embora o conceito central de biodiversidade tenha referentes biofísicos concretos, a



própria biodiversidade deve ser encarada como “uma invenção discursiva de recente origem”. Para nós, essa “invenção” recente constitui uma repetição/transformação de noções longamente cristalizadas, reeditadas na mídia sob formas, estas sim, efetivamente recentes. Esse discurso é produto e, ao mesmo tempo, catalisador de uma complexa rede de atores, sejam eles organizações nacionais, internacionais, organizações não governamentais, cientistas, políticos, igrejas, comunidades locais e movimentos sociais.

Escobar vê a biodiversidade “como um discurso cultural e político” estruturado a partir de quatro grandes posições, que têm a biodiversidade como produto em circulação numa *rede discursiva*: 1) gerência de recursos numa perspectiva de centralização global (*globalocentric perspective*); 2) soberania, numa perspectiva nacional no chamado terceiro mundo; 3) biodemocracia, numa perspectiva crescente das ONGs do Sul, e 4) autonomia cultural, na perspectiva de movimentos sociais.

São essas, na visão do autor, as linhas mestras da construção dos discursos sobre a biodiversidade. Por movimentos sociais Escobar (idem, p. 60) entende a ação daqueles grupos que explicitamente constroem uma estratégia política de defesa do território, da cultura e a identidade relacionada a lugares e territórios particulares. Embora mantendo muitos pontos em comum, ONGs do Norte e do Sul distinguem-se conceitual e politicamente e ocupam uma posição diferente naquilo que Escobar chama de *rede da biodiversidade*. Consideramos estas quatro macro-posições, fruto de distintas formações discursivas, como importantes neste trabalho, pois é aí, nesses contextos heterogêneos, que se situam as condições de produção dos discursos sobre a ecologia e a biodiversidade postos em circulação e que, obviamente, abastecem, na multiplicidade de suas mediações, os discursos da mídia.

Não está nos propósitos deste trabalho aprofundar definições dos dois termos que se acham entre as palavras-chaves que o estruturam. São termos caracterizados pela profusão semântica que envolve o debate ambiental. Rapidamente: por *biodiversidade* entendemos “a abrangência de todas as espécies de plantas, animais e microrganismos, e dos ecossistemas e processos ecológicos dos quais são parte” (GLOSSÁRIO, 1997, p. 23). Por ecologia, ficamos com a definição básica de “ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si e com o ambiente” (idem), mais ou menos sinônimo de ciências ambientais. Como visto, estas definições vertem do ambiente da biologia, onde primariamente tais conceitos foram gestados.

A seguir, resumimos cada um dos quatro eixos discursivos propostos por Escobar (idem, p. 56-63):

Posição 1: Esta é a visão da biodiversidade produzida por “instituições dominantes”, de modo particular pelo Banco Mundial e a maioria das organizações não governamentais do Norte, por exemplo, a World Conservation Union, a World Resources Institute e a World Wildlife Fund, posição também sustentada pelo grupo dos países mais ricos (G-7). Esta visão se baseia numa particular representação das “ameaças à biodiversidade” que enfatiza a perda de habitats, introdução de espécies em habitats adversos, imprimindo uma lista de prescrições para a conservação e o uso sustentável dos recursos nos níveis internacional, nacional e local. Sugere mecanismos para o gerenciamento da biodiversidade, incluindo a pesquisa científica, planejamento nacional para a biodiversidade e mecanismos de compensação para o uso econômico dos recursos, destacando aqui a questão do direito à propriedade intelectual. Diz o autor que o “discurso dominante” está sendo promovido de forma ativa “a partir de uma variedade de posições e através de uma multiplicidade de práticas acadêmicas, institucionais, gerenciais e políticas”. Sua gênese estaria nas visões dominantes de ciência, de capital e de gerenciamento.

Posição 2: Embora exista uma grande variação nas posições adotadas por governos nacionais dos países do Sul, pode-se dizer que nessa parte do planeta, numa perspectiva nacional, sem questionar nenhuma das vias fundamentais do discurso de centralização global (*globalocentric discourse*), os governos procuram negociar os termos e tratados sobre a biodiversidade propostos pelo “discurso dominante”. A questão dos recursos genéticos reacendeu os interesses de governos do Sul em negociações. As eventuais divergências entre as duas posições, todavia, não compromete a posição destes governos. Entre as divergências estão a questão da propriedade intelectual (sobretudo as patentes sobre produtos da biotecnologia) e transferência para os países do Sul de recursos financeiros e tecnológicos para a conservação do meio ambiente.

Posição 3: Para um crescente número de ONGs do Sul, a perspectiva do *discurso de centralização global* equivale a uma forma de “bioimperialismo”. Esta posição reinterpreta as noções de “ameaça à biodiversidade”, pondo ênfase, antes, na destruição do habitat por megaprojetos de desenvolvimento e nos hábitos de consumo do Norte fomentados por modelos econômicos. Assim, essa “biodemocracia” advoga que se dê mais atenção ao Norte

que ao Sul como fonte da “crise de diversidade” (*diversity crisis*). Propõe o controle local dos recursos naturais, a suspensão de megaprojetos e dos subsídios para as atividades de capital destruidor da diversidade, e o reconhecimento da base cultural da diversidade biológica.

Posição 4: Dando-se conta de que “biodiversidade” é um construto hegemônico, ativistas de movimentos sociais admitem, no entanto, que esse discurso abre um espaço para a construção de formas culturalmente fundamentadas de desenvolvimento que possam contrapor-se a tendências etnocêntricas. “Eles defendem um completo projeto de vida, não somente ‘recursos’ ou biodiversidade”.

Entendemos que é destas quatro macroposições que vertem os diversificados tipos de discursos sobre a biodiversidade, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, *povos da floresta*, etc., termos que transitam pelo megaduto discursivo da ecologia/natureza. São posições privilegiadas das quais são postos em circulação os sentidos em disputa tanto por movimentos sociais, por governos e pela instituição científica.

Escobar (idem, p. 54) afirma que o fermento da atividade que hoje caracteriza o campo da biodiversidade é recente, porém não sem antecedentes históricos, sendo um dos claros antecedentes a ação de botânicos que, no passado, realizaram viagens transoceânicas de coleta, sendo que, naquele período, a prática de organizar coleções de plantas estava intimamente associada a questões de cultura, império e economia. (E nós indagamos: hoje, associa-se a quê?) Assim, “biodiversidade” é uma noção vista como um discurso historicamente produzido, e “não como um verdadeiro objeto que a ciência progressivamente descobre” (p. 54). Escobar (idem) indaga: “Então, ‘biodiversidade’ existe?” E responde (p. 55): “De uma perspectiva discursiva, ‘biodiversidade’ não existe em um sentido absoluto. Antes, serve de âncora a um discurso que articula uma nova relação entre natureza e sociedade em contextos globais da ciência, da cultura e da economia”. O que existe, segundo este ponto de vista, é uma “narrativa da biodiversidade” (p. 56) que cria “pontos de passagem obrigatória para a construção de discursos particulares”. Esse processo “traduz a complexidade do mundo em narrativas simples sobre ameaças e possíveis soluções”, tal como o surrado bordão *pense globalmente, aja localmente*.

Em trabalho no qual analisa o que chama de uma “sociedade cabocla da Amazônia”, Nugent (1993, p. 36) fala da existência de um “discurso da floresta tropical” (*rain forest discourse*), que é apresentado com dois diferentes objetivos, quais sejam, “manter as florestas



e manter a visibilidade econômica da floresta amazônica”, de interesse de um *business environment*. Ao mesmo tempo, na nossa observação, a assim chamada *sociedade cabocla* é discursivamente desenhada por seus aspectos caricaturais, com a captura, pela mídia, de elementos ideológicos do velho discurso das descobertas postos em circulação no imaginário por meio de variadas formas de mediação.

Assim, índios e seus descendentes, pescadores, coletores, pequenos agricultores das zonas ribeirinhas, enfim, aqueles aos quais a antropologia categoriza como *tradicionais*, ou como *caboclos*, são discursivamente mostrados como tendo sido no passado, e sendo no presente, incapazes de dar racionalidade aos recursos em meio aos quais vivem. A mídia busca estrategicamente re-produzi-los como exemplos de uma certa imanência de sua inaptidão, como ineptos foram seus predecessores desenhados pela crônica colonial.

Do nosso ponto de vista, talvez se possa recorrer, com menores riscos teóricos, a um conceito próximo a um *discurso sobre a ecologia* ou, se se queira, um *discurso sobre o ecologismo*, ou seja, a discursos de cientistas e de outros atores sociais sobre a ecologia e os ecologistas. Ou, ainda, nós, pesquisadores das coisas que diz e mostra a mídia, podemos produzir o nosso próprio discurso sobre discursos que explícita ou implicitamente se autotransformam como *ecológicos*, ou *verdes*, ou sobre a *Amazônia, povos da floresta* etc.

Perda, nostalgia, perigo, catástrofe: uma tipologia discursiva

Há na mídia, outros tipos de discursos. Palmer (1996, p. 192), ao analisar um amplo *corpus* composto de notícias sobre a Amazônia publicadas em jornais impressos dos Estados Unidos, fala de uma “construção social de um problema ambiental”. A tipologia desses textos não difere muito da construção de textos na mídia brasileira, mas naquele país, assim como é tendência no Norte, as noções de *risco ambiental* são recorrentes na mídia, não apenas quando há referências às florestas tropicais no tocante à *perda de biodiversidade*, mas também sobre desastres nucleares, ameaças de disseminação de produtos tóxicos no ambiente, etc.

Os textos sobre a Amazônia são classificados por Palmer (idem) em quatro vertentes principais, associados ao aspecto emocional: 1) Um discurso da perda, que sugere uma nostalgia por um passado idílico; daqui decorre uma necessidade de preservação daquilo que ainda resta; mas este discurso transporta também noções de perda de valor (*devaluation*)

(idem, p. 195). 2) Um discurso do perigo, sugerindo um medo sobre um futuro incerto, decorrendo dessa estratégia discursiva uma necessidade de proteção à natureza; 3) Um discurso da catástrofe, que tem como componente emocional uma histeria que exige um resgate, tal como se torna necessário em qualquer situação catastrófica, e 4) Um discurso de ceifa e do valor. A seguir, citamos exemplos de cada um destes itens, publicados no jornal Washington Post, em diferentes momentos (Palmer, idem, p. 192-196):

Item 1) “A perda da floresta tropical poderia provocar várias repercussões ecológicas. Inundações seguidas de estiagem, extensa erosão do solo, perda de nutrientes e outras formas de degradação ambiental” (12.10.1980, p. A-5). “A Amazônia representa a última fronteira para a pesquisa biológica [...] Cientistas estão agora trabalhando de modo muito acelerado (*at a furious pace*) simplesmente para ajudar o Brasil a segurar aquilo que está em via de se perder” (18.12.1981, p. A-26).

Item 2) Analogia, comparando a vida na terra a um avião em vôo, perdendo os arrebites que sustentam a fuselagem: “Um arrebite aqui, um arrebite ali. Uma espécie aqui, uma espécie ali. A extinção destrói a completa integridade da base de nossos recursos biológicos, impondo uma crescente pressão sobre as espécies remanescentes, assim destruindo nossas escolhas para o futuro. Estamos voando esse curso perigoso hoje em relação ao trato das florestas tropicais úmidas do mundo” (14.08.1985, p. C-1).

Item 3) A Amazônia é midiaticizada como “um desastre ecológico sem precedentes”, mas o campo do desastre se expande para além da floresta amazônica: “Você vai perder Nova York, Rio de Janeiro, Londres, Tóquio, tudo será inundado ... Esta é uma mera futurologia, você sabe. Mas está baseada em dado científico” (23.04.1979, p. A-1 e A-21).

Item 4) No discurso da mídia existe certa concorrência entre um discurso de perda e um discurso de ganho, ou seja, a floresta como fonte de benefícios e de valor: “A destruição das florestas tropicais do mundo, no montante exorbitante de cerca 60 a 70 milhões de acres por ano, pode privar as futuras gerações de uma variedade de valiosos (*valuable*) recursos de medicina natural, incluindo alguns que poderiam curar o câncer” (25.11.1986, p. Z-5).

Tal como entrevisto nos exemplos precedentes, esta tipificação um tanto arbitrária comporta algumas regularidades, uma certa coerência discursiva que coloca as florestas tropicais e em especial a amazônica no centro de uma intensa produção de sentidos, mais ou menos como se, nessas áreas do planeta, repousasse algo como o futuro da humanidade.



Mesmo heterogêneas e complexas, estas formulações discursivas representam um certo nível de generalidades, compõem um “todo” (SEMPRINI, 1996, p. 175). Essa regularidade, essa coerência textual e esse *todo* devem ser procurados na exterioridade desses discursos, naquilo que eles mostram e revelam. A este respeito, Foucault (1998, p. 53) é bem claro:

[...] não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestariam nele; mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidades[...]

O trabalho de Palmer (1996) revela tipos de discursos que, estrategicamente, desconhecem a história de áreas como a Amazônia e os grupos humanos aí sobreviventes e, dessa forma desconhecendo, desfocam a existência de vida humana, focalizando apenas a *biodiversidade*, os recursos. Assim, a mídia possui gramáticas próprias de envolvimento com seus enunciatários, e obviamente também, para a produção de enunciações sobre a *natureza*. O que a mídia do centro hegemônico emite não é casual ou desconectado de seu universo consumidor, mas é produto de uma estratégia norteadora de um *contrato de leitura*. Se assim diz a mídia de *lá*, é porque tal tipo de discurso acha-se enraizado no imaginário de *lá*. Será tão diferente *aqui*?

A estruturação dos discursos sobre a natureza

A mídia estrutura e mantém uma forma de relação com seu público, estratégia fundada sobre uma espécie de regularidade, de continuidade e com um dispositivo enunciativo que não se modifica com muita frequência. Trata-se da construção e manutenção de um *contrato de leitura*, isto é, a mídia engendra, na elaboração desse contrato, uma espécie de mundo possível no estabelecimento de uma *permuta* com seus leitores ou espectadores, sendo por isso necessária uma estratégia enunciativa que torne seus textos reconhecíveis por seus consumidores, estabelecendo-se dessa forma uma lisibilidade de sua própria estratégia enunciativa (SEMPRINI, 1996, p. 176). Em relação à TV, este autor sugere também a terminologia de “contrato de escuta” para o mesmo conceito.

A noção de *contrato* é empregada para destacar que os participantes de uma enunciação aceitam, ou devem aceitar, tacitamente, um certo número de princípios que tornam possível a troca, e certo número de regras que controlam essa troca (MAINGUENEAU, 1998, p. 35-36). Todo discurso depende, para sua existência nas trocas sociais, de condições específicas da situação de troca em que esse discurso aparece. Estas condições específicas se estruturam dentro de uma *situação de comunicação* que constitui o quadro de referência no qual se confrontam indivíduos de uma comunidade social (CHARAUDEAU, 1997, p. 67). A situação de comunicação é como uma cena de teatro, com seus tensionamentos espaciais, de tempo, de relações, de palavras, sobre a qual se desenrola uma peça de trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico, não havendo, pois, nenhum ato de permuta simbólica que possa produzir sentido fora de uma situação de comunicação particular (*idem*).

É por isso que as análises que se concentram num tipo específico de mídia dedicam-se em primeiro lugar à explicação da filosofia de fundo, do conteúdo do seu mundo possível, o tipo de proposição que aquela mídia endereça a seu público (JOST, François, 1992, *apud* SEMPRINI, 1996, p. 176). Ou seja, a análise dá ênfase às condições de produção dos sentidos postos em circulação. Os elementos divergentes, as incoerências e as rupturas, nesse quadro, são tidos como pontos fracos da “máquina discursiva”, erros que enfraquecem a proposta enunciativa do dispositivo emissor e desorientam seu público (SEMPRINI, 1996, p. 176). Assim compreendendo a questão, fica claro que aquilo que a mídia hegemônica diz e mostra da ecologia, da biodiversidade, do meio ambiente transporta elementos discursivos de outros campos institucionais, estes também hegemônicos. Porém, como a mídia *inclui* discursos dos mais variados campos, ela não pode desconhecer, também, aquilo que se diz e mostra em textos contra ou não-hegemônicos. Pensar diferente seria atribuir à mídia um poder sobre as consciências, determinante dos fatos sociais.

A análise temática dentro de um mesmo suporte emissor revela que, no caso dos programas sobre a *natureza*, a gramática de produção não difere daquela de outros tipos de programas. Semprini (*idem*, p. 178) sugere a *natureza* como um macro-gênero discursivo, acrescentando que, dentro da dificuldade de classificação dos produtos televisuais, as emissões sobre a *natureza* realizam uma mistura de um grande número de gêneros e de estilos televisuais “importados” de outros gêneros, de outros sistemas de referência e de outras

estratégias discursivas. É por isso que encontramos, na televisão, esse entrecruzamento de gêneros diferentes como o documentário, elementos que lembram os filmes de divulgação científica, a entrevista, a reportagem realizada especificamente para uma emissão ou para uma série, a utilização de película filmica, as técnicas de montagem, elementos do filme de aventura ou de viagem. Desse modo, diz Semprini (idem, p. 178), “em aparência, então, o discurso sobre a natureza se instala parasitando um amplo leque de gêneros reconhecíveis e bem constituídos, mas que lhe são *a priori* externos”, dando a entender que as emissões sobre a *natureza* ainda não se definem por um gênero estabilizado e reconhecível. Constitui-se, dessa forma, por empréstimo e *bricolage* de fontes discursivas do meio televisão em sentido amplo.

Outra dificuldade é a definição do objeto mesmo de uma emissão sobre a *natureza*, verificando-se uma variedade de temas que se inserem numa espécie de nebulosa “natural”. Viagens de exploração a parques naturais ou à floresta amazônica, medicina natural, garimpagem, queimadas, problemas do meio ambiente global tratando da camada de ozônio, aquecimento global, etc, mesclam-se a questões *ambientais* como os riscos à saúde pelo hábito de fumar, coleta e reciclagem de lixo, temas que compõem amplitude das pautas de televisão sobre o meio ambiente. Como diz Semprini (idem, p. 179), “esta falta de determinação [genérica, tipológica, classificacional] parece depender menos da constituição fortuita do *corpus* do que de uma real indeterminação semântica e comunicativa do tema *natureza*”.

No rol dessas dificuldades classificatórias encontramos, por exemplo, no caso do *corpus* que analisamos (cinco programas da Rede Globo, em sinal aberto, que têm a ecologia ou a *Amazônia* como objetos de pauta)¹, a discursivização de uma categoria a que a mídia denomina de “povos da floresta”, sem explicar verbalmente, porém dando a entender, pelo imagético, que se trata de algo como uma categoria-ônibus, na qual cabem tanto índios que vivem nas aldeias, índios que vivem nas cidades, vendedores de produtos da floresta em feiras urbanas, pescadores, pequenos agricultores de zonas ribeirinhas, coletores de essências da floresta, etc. Concordamos, pois, com Semprini (idem, p. 179) de que fica a percepção de que o meio televisão não saberia ou poderia determinar o que é a *natureza* e de que forma falar

¹ Este artigo é parte de relatório de pesquisa individual, em fase de acabamento, sob o título provisório: *A natureza da TV: uma leitura dos discursos midiáticos sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...*



dela, ou sobre aqueles sujeitos textualmente associados a ela, constituindo os conjuntos midiáticos uma forma de “fluxo informe”:

É em razão de sua dificuldade de classificação e de sua indeterminação semântica que a natureza midiática na televisão nos parece representar um macro-gênero, um paradigma vagamente esboçado, onde somente alguns pontos fixos se estabelecem e onde o essencial da programação depende das circunstâncias (discursivas), de escolhas (temáticas) e de estratégias enunciativas de diferentes figuras implicadas na troca.

A característica de *fluxo informe* nos parece inclusive iniciar nos títulos de programas sobre a natureza. São títulos vagos o suficiente para indicarem produções de *documentários/especiais* dentro dos quais caberão conceitos os mais variados, como biodiversidade, desenvolvimento sustentável, etc. Alguns títulos da série *Globo Repórter*, por exemplo, são emblemáticos por sua vagueza: Rio Araguaia (03.11.2000), Foz do Amazonas (08.12.2000), Mamirauá (05.01.2001), Brasil Selvagem (23.02.2001), Amazônia (16.03.2001), Poder Verde (24.08.2001), Amazônia (21.09.2001), Amazônia Selvagem (05.04.2002) e Rio Amazonas (30.08.2002) (Rede Globo I, 2002). No ambiente jornalístico são freqüentes as pautas que têm “a Amazônia”, a “ecologia”, “a poluição”, etc., como eixos vagos de produção de reportagens.

CONCLUSÃO

Ao cotejarmos a crônica colonial ou as narrativas das descobertas, percebemos como que um crescendo discursivo que vai, aos poucos, mas de modo indisfarçável, construindo um fosso cada vez mais profundo entre aqueles que aqui já estavam e aqueles que aqui desembarcaram. De diferente, o índio passa a ser desenhado como inferior, até chegar ao sentido do estorvo, indesejável, nocivo à empresa colonial, ao racionalismo do recém-chegado. Tais elementos, presentes numa infinita massa de enunciados reiterados, presencializam-se hoje não mais com a crueza de enunciados do passado, mas de modo sedutor em textos que primam cada vez mais pelo fascínio da mídia, especialmente a televisão. Ao mesmo tempo, cristalizam-se as noções, históricas e contemporâneas, de que a região amazônica, pela riqueza de seus recursos naturais, representa um estoque privilegiado



de recursos para soluções de problemas que lhe são externos. Antes, eram as “drogas do sertão” que estavam aí para o potencial e efetivo usufruto do “gênero humano”. Hoje, a região, pela excelência de sua “biodiversidade”, é re-apresentada como solução, e até, em alguns discursos, como salvação do Planeta.

A despeito de divergências ou convergências teóricas a respeito da existência ou não de um *discurso ecológico*, na nossa contemporaneidade as regiões ricas em diversidade genética, majoritariamente localizadas nos países do Sul – entre as quais tem distinção específica a *Amazônia* brasileira – estariam passando da condição de serem apenas lugares de estoques de recursos *disponíveis* para tornarem-se, por sua *biodiversidade*, espaços *indispensáveis* para a sobrevivência do Planeta. É óbvio que essa passagem acarreta conseqüências extradiscursivas: o processo de produção do discurso da mídia se dá com a inclusão de elementos de outros campos, como o da ciência produzida em instituições hegemônicas, da política, da economia, das relações internas, das relações internacionais, da geopolítica. Portanto, se assim é dito nos textos da mídia, o que brota da análise da massa de enunciados recorrentes, transformados e sedutoramente postos em circulação, são noções de um aparente aprofundamento de antigas representações, ou seja, aquelas reiterações que dão a *Amazônia* como espaço *naturalmente* destinado a projetos contemporâneos de resolução de problemas planetários, reafirmando a sua dependência como espaço tributário, discursivamente não autônomo. Se assim é no discurso predominante, de maior visibilidade, é assim que estas noções ganham vida naqueles ambientes, nacionais, estrangeiros ou internacionais, onde se discutem coisas como *o futuro do Planeta*, concretizando-se ou tendentes a se concretizarem em realidades tangíveis.

Estas possíveis conseqüências acham-se presencializadas em outros tipos de discursos, em outras campos, e transformadas também em produtos midiáticos. Isto remete às quatro macro-posições enunciativas tal como desenhadas por Escobar (1998). Um exemplo pode ser extraído do Fórum Social Pan-Amazônico onde foi dito que “por trás da crescente dominação militar do governo [norte-] americano estão interesses em recursos como a água, o petróleo e a biodiversidade”, o que seria resultante da “escalada militar dos Estados Unidos na América Latina e principalmente na *Amazônia*” (MENDONÇA, 2003, p. 7). Evidente cenário de contraposição ao discurso hegemônico, o Fórum torna-se ambiente em que é possível essa contraposição enunciativa, tendente ao preenchimento diferenciado de lacunas do discurso



predominante. A forma como estes discursos, como os do Forum, são, no presente, incluídos pela mídia, indicam que aquele outro, o hegemônico, não tem a primazia absoluta. Como será essa inclusão, numa perspectiva de futuro, é algo que está na dependência do jogo dos atores em sociedade e na interação destes com os dispositivos midiáticos.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social. Paris: Nathan/Institut National de l'Audiovisuel, 1997.

ESCOBAR, Arturo. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation, and the political ecology of social movements. In: Journal of Political Ecology. Tucson: University of Arizona, vol. 5, 1998. Disponível em: (www.library.arizona.edu/ej/jpe/vol5~1.htm).

FOUCAULT, M. O ordem do discurso [1970]. São Paulo: Loyola, 1998, 4. ed.

GLOSSÁRIO de Ecologia. Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp), 1997, 2. ed. Publicação n. 103.

JOST, François. Un monde à notre image: énonciation, cinéma, télévision. Paris: Méridiens Klincksieck, 1992.

MAINGUENEAU, D. Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MENDONÇA, Maria Luíza. Forum denuncia escalada militar na Amazônia. Jornal O Liberal, Belém, 18.01.2003, seç. Atualidades, p. 7.

MIRES, Fernando. El discurso de la naturaleza: ecología y política en América Latina. Buenos Aires: Espacio Editorial, 1990.

NUGENT, Stephen. Amazonian Caboclo Society: an essay on invisibility and peasant economy. Providence (USA); Oxford (UK): Berg, 1993.

PALMER, Allen W. News from the Amazon rain forest: the social construction of an environmental problem. Tese PhD. Department of Communication, The University of Utah, 1996.

SEMPRINI, Andrea. Nature et énonciation télévisuelle. In: SEMPRINI, A. Analyser la communication: comment analyser les images, les médias, la publicité. Paris: L'Harmattan, 1996, cap. 6.